



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.

Juíza Federal Titular: Dr^a. MARIA DO CARMO FREITAS RIBEIRO

Juiz Federal Substituto: Dr. DIMITRI VASCONCELOS WANDERLEY

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 13 a 17 de junho de 2016, a correição ordinária eletrônica da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para o elevado número de processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, uma vez que há processos sem movimentação desde 2008.
3. Dar andamento aos processos conclusos com prazo vencido, visto que há mais de 800 processos com conclusão para despacho vencida, além da existência de processos com conclusão para sentença do ano 2012.
4. Observar os prazos de cumprimento das ordens judiciais, em especial com relação à expedição de mandados de citação;
5. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências;
6. Regularizar as petições pendentes de juntada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça;
8. Providenciar o cadastramento de sentenças de processo antigo no sistema Apolo, nos feitos em que já houve sentença de mérito.
9. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido, observando-se o elevado número de processos nesta situação, nos quais o movimento de remessa não teve a devida baixa/devolução cadastrada no Apolo, como apontado no item respectivo deste relatório.
10. Verificar os processos suspensos, cujo motivo não tenha sido cadastrado (vazias), ou tenha sido cadastrado equivocadamente, especialmente aqueles suspensos há mais tempo;
11. Observar e retificar, quando possível, a correta classificação das sentenças, a fim de evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”;
12. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 1.891 processos com tal fase não informada;
13. Verificar e, promover o cadastro de bens penhorados (constritos);
14. Buscar reduzir ao mínimo o tempo médio entre o início da execução e a expedição do Precatório/RPV;

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 6487/2016– MPF/PR/RJ/GABPC, de 10/05/2016, e Portarias PR-RJ n.º 622 e 623, de 10/05/2016, foi designada a Procuradora da República Roberta Trajano Sandoval Peixoto para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenham comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr^a. MARIA DO CARMO FREITAS RIBEIRO, em exercício desde 13/04/2012.

. Substituto: Dr. DIMITRI VASCONCELOS WANDERLEY, em exercício desde 20/05/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 15

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Julho/2014	Correição Junho/2016
Total	2.861	3.417
Suspensos	390	430
Ag. julgamento recurso	362	405
Tramitação ajustada	2.109	2.582

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em julho/2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao meses de 04/2015 e 05/2016, extraídos em 06/06/16.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/06/2015 até 31/05/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.773	68,25	98
Decisão	1.453	20,78	59
Sentença	767	10,97	50
Total Geral	6.993	100,00	85

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 08/06/2016.

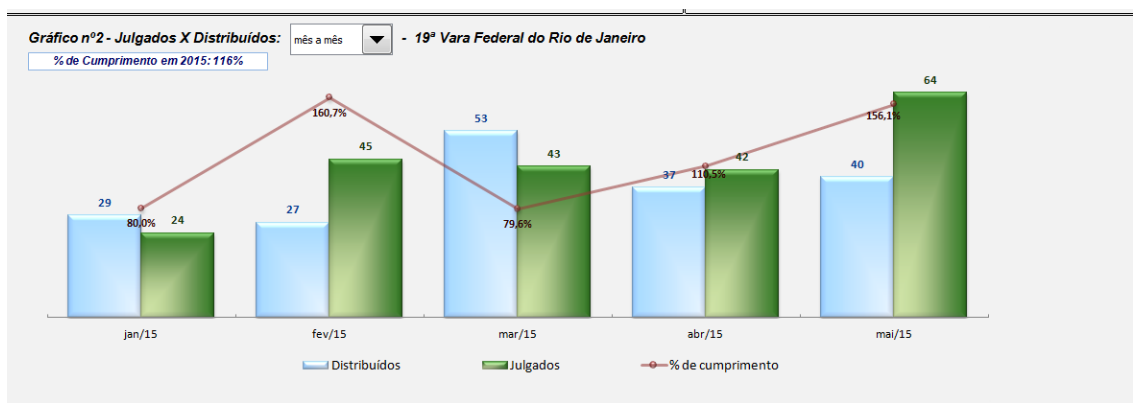


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 117%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/06/2016.

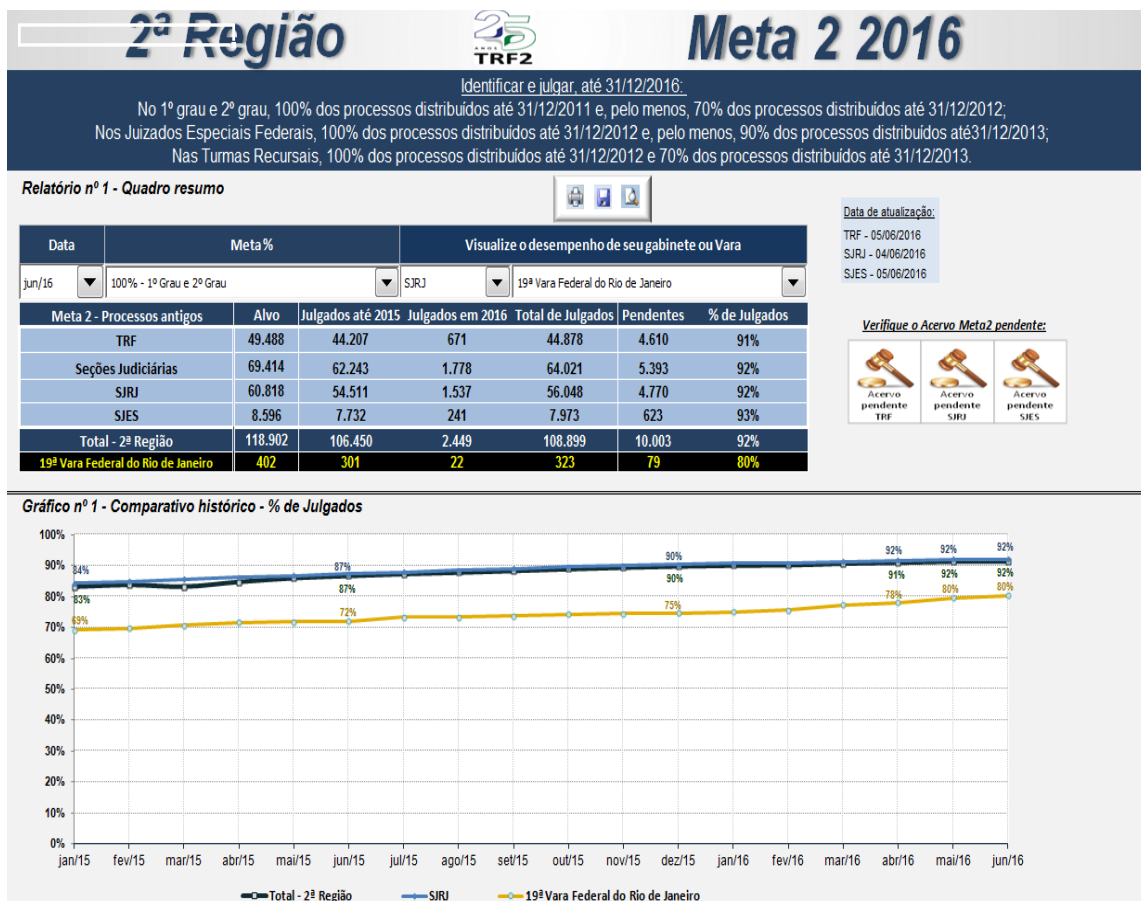
II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos
Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 80% da meta, havendo 79 processos pendentes.



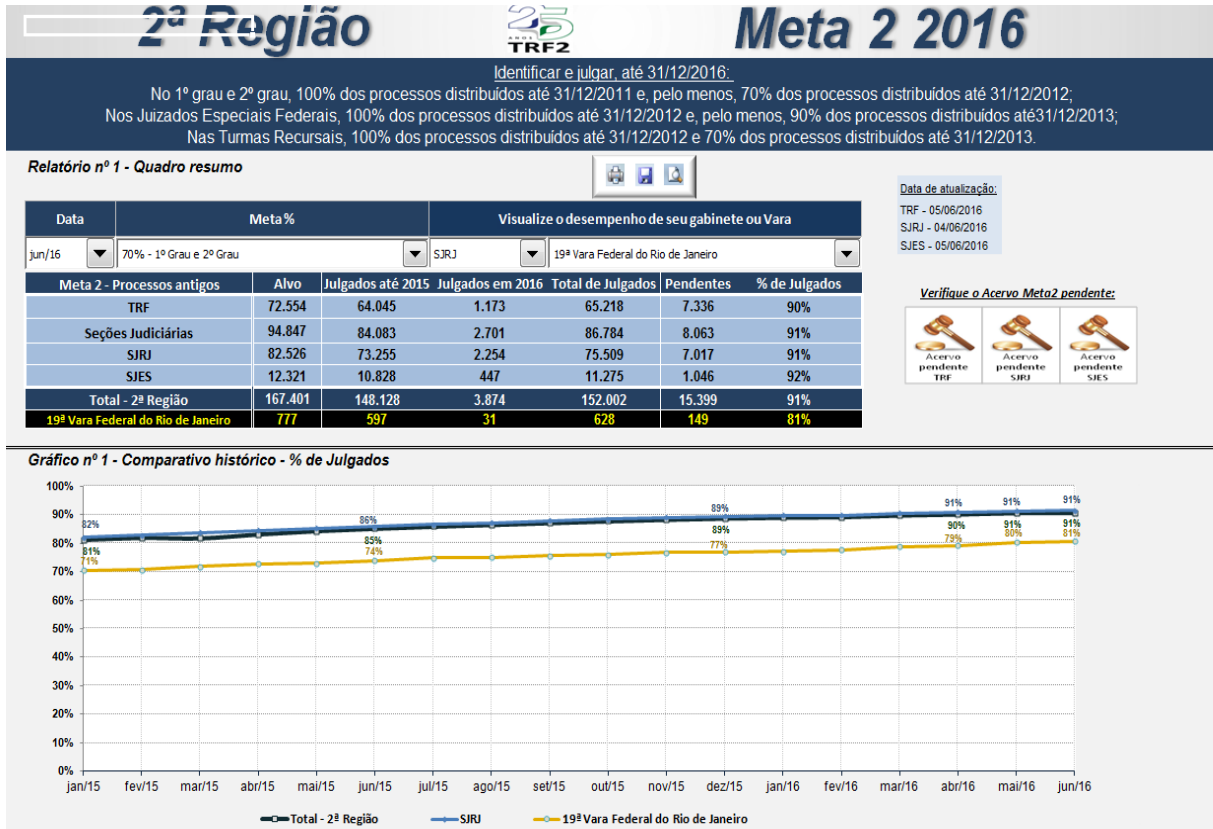
(quadro resumo atualizado até 06 de junho de 2016)

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 81% da meta, havendo 149 processos pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Em junho de 2016, o quadro resumo indicava haver 149 processos pendentes, dos quais foram analisados eletronicamente por amostragem:

➔ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 38 processos**

00295939020094025101 – Trata-se de ação monitória, autuada em 12/01/2010. Determinada a expedição de mandado executório em 01/02/2010. Nova citação determinada em 16/03/2010, 15/07/2010 e 09/08/2010. Deferida a citação editalícia em 07/04/2011. Decisão em 06/02/2012, recebendo os embargos. Em provas, na data de 13/05/2013. Deferida a prova pericial em 14/01/2014. Conclusão para despacho em 17/04/2015, remetido para publicação apenas em 12/01/2016.

04900490420104025101 – Determinada a emenda da inicial em 17/03/2010. Determinada a notificação dos réus em 29/07/2010. Recebida a inicial e determinada a citação em 07/02/2011. Determinada nova citação em 23/03/2011, 27/07/2011, 28/03/2012 e 13/08/2012. Determinada a apresentação de informações em 04/12/2013, 22/08/2014 e 03/06/2015. **Último movimento foi juntada em 23/06/2015, estando o feito parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00121141620114025101 – Decisão em 17/08/2011, indeferindo a antecipação dos efeitos da tutela e determinando a citação. Deferida a prova pericial em 28/03/2012. Novo perito designado em 19/08/2013 e 07/02/2014. **Concluso desde 25/01/2016, sem minuta no Apolo.**

00086143920114025101 – Determinada a emenda da inicial em 01/07/2011. Determinada a citação em 25/07/2011. Prova pericial deferida em 26/01/2012. Determinada a intimação do Perito para se manifestar acerca da impugnação ao laudo pericial. Deferida nova prova pericial em 26/09/2013. Nova nomeação de perito em 05/09/2014. **Concluso desde 25/01/2016, sem minuta no Apolo.**

00102279420114025101 – Trata-se de embargos à execução autuado em 21/07/2011. Determinada a remessa ao contador em 16/09/2011. Determinado o retorno dos autos ao contador em 19/09/2012, 03/10/2014, 28/11/2014 e 02/10/2015. Último despacho com conclusão em 02/10/2015, remetido para publicação em 14/06/2016.

00427425120124025101 – Determinada a notificação em 21/08/2012. Determinada a citação em 06/11/2012. Em réplica na data de 20/03/2013. Determinada a expedição de ofícios em 04/10/2013, 13/11/2014, 13/07/2015, 10/08/2015 e 03/12/2015. Designada audiência para 27/07/2016.

00418548220124025101 - Determinada a notificação da parte ré em 09/08/2012. Recebida a inicial e determinada a citação em 05/11/2014. Vista para manifestação em provas na data de 07/04/2015. Concluso para sentença em 19/02/2016.

00232824920104025101 – Trata-se de ação de oposição distribuída por dependência à Ação de Usucapião nº 2010.51.01.002222-6, em 19/01/2011. Determinada a citação em 19/01/2011. Determinada a reativação da oposição em 11/06/2015. Declínio de competência em 15/06/2016, remetido para publicação em 17/06/2016, aguardando geração de boletim.

01036532920124025101 – Determinada a notificação da parte ré em 22/11/2012. Decisão em 03/05/2013, declinando da competência para a 19ª VF/RJ. Determinada a citação em 29/07/2013. Deferida a prova testemunhal em 10/04/2014. Audiência realizada em 06/08/2014. **Concluso para sentença desde 13/10/2014, com minuta no Apolo desde 25/06/2015.**

00019419320124025101 – Trata-se de ação de usucapião, autuada em 09/02/2012. Determinada a citação em 12/03/2012. Determinada a intimação do Estado do Rio de Janeiro para se manifestar sobre o interesse no feito em 04/09/2013 e 10/12/2013. Vista às partes em 25/02/2015. Despacho deferindo Vista ao MPF em 16/02/2016, aguardando geração de boletim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 111 processos**

00221841020024025101 – Trata-se de embargos à execução autuado em 25/10/2002. Despacho em 05/11/2002, suspendendo a execução e recebendo os embargos. Sentença convertida em diligência em 04/04/2003, para determinar a suspensão do feito, diante de decisão prolatada nos autos principais. Decisão em 18/01/2013, determinando o desarquivamento das ações anteriormente em apenso. Despacho em 05/09/2014, dando vista para réplica. Em provas, na data de 14/04/2015. Despacho em 19/05/2016, determinando justificar o pedido de provas.

00056613920104025101 – Determinada a citação em 06/05/2010. Em réplica na data de 13/04/2011. Despacho em 06/02/2012, determinando que se especifique a modalidade de perícia a ser produzida. Deferido o ingresso do INEA no polo ativo da demanda em 14/08/2013. Deferida a prova pericial em 27/11/2013. **Nova nomeação de perito com conclusão de 01/09/2015, remetida para publicação somente em 17/05/2016.**

00030582720094025101 - Determinada a notificação da parte ré em 26/02/2009. Recebida a inicial e determinada a citação em 19/01/2010. Decretado o segredo de justiça no despacho de 01/04/2011. Determinada a suspensão do feito, nos termos do art. 265, I do CPC, em 23/07/2012. Deferida a habilitação em 27/08/2012. Determinada a citação da herdeira em 22/11/2013 e 06/06/2014. Vista em réplica na data de 28/07/2015. Concluso para despacho desde 07/06/2016.

00041839320104025101 – Decisão em 30/03/2010, indeferindo a antecipação da tutela. Determinada a suspensão do processo em 09/09/2010, até julgamento definitivo da exceção de incompetência oposta. Em réplica na data de 14/09/2011. Determinada a realização de prova pericial médica em 21/03/2012. Nova nomeação de perito em 12/12/2014. Despacho em 25/05/2016, determinando a intimação do perito.

00041605020104025101 – Trata-se de embargos à execução autuados em 17/03/2010. Determinada a remessa dos autos ao contador em 14/04/2010. Retorno dos autos ao contador determinada em 17/06/2011 e 18/04/2012. Conclusão para sentença convertida em diligência, em 09/09/2013, determinando a intimação da FUNASA para informações. Conclusão para sentença em 12/05/2016, remetido para publicação em 14/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00035499720104025101 – Determinada a citação em 23/11/2010. Réplica na data de 09/12/2010. Deferida a prova pericial em 03/02/2011. Vista às partes do laudo pericial em 06/06/2012. Determinada a complementação do laudo pericial em 08/08/2013. Conclusão de 09/12/2014, com minuta de despacho apenas em 19/05/2016. Última conclusão em 09/06/2016.

00085601020104025101 - Decretado o segredo de justiça e determinada a notificação dos réus em 12/08/2010. Determinada nova notificação em 02/12/2010, 14/03/2011, 06/06/2011 e 31/08/2011. Determinada a citação por edital em 14/09/2011, renovada em 11/03/2014. Recebida a petição inicial e determinada a citação em 09/05/2014. Vista para réplica em 16/09/2014. Nova determinação de citação em 10/03/2015 e 24/08/2015. Último despacho em 21/03/2016, deferindo vista para réplica.

04900404220104025101 – Determinada a emenda à inicial em 17/03/2010. Determinada a notificação dos réus em 24/06/2010. Determinada a inclusão do COFEN no polo ativo da demanda, em 01/02/2011. Decisão em 11/07/2012, determinando a indisponibilidade dos bens do réu bem como sua citação. Determinada a suspensão do feito em 17/08/2012, nos termos do art. 265, I do CPC. Determinada a citação do espólio em 23/10/2013. Determinada a regularização processual em 15/08/2014, 03/03/2015 e 28/04/2016. Concluso para despacho em 02/06/2016, sem minuta no Apolo.

01048355020124025101 – Determinada a notificação da parte ré em 12/12/2012. Decisão em 17/12/2012, decretando a indisponibilidade de bens. Recebida a inicial e determinada a citação do réu pela decisão de 19/06/2013. Determinada a renovação da citação em 27/08/2014 e 13/04/2015. Em réplica na data de 21/10/2015. Realizada audiência em 26/04/2016, onde foi determinada a expedição de carta precatória para oitiva de outra testemunha.

01022156520124025101 – Decisão em 22/10/2012, indeferindo a antecipação de tutela. Determinada a remessa dos autos ao contador em 12/11/2012. Determinado o retorno dos cálculos ao contador em 13/08/2013, 22/05/2014 e 10/07/2015. Último despacho em 06/06/2016, dando vista à UFRJ.

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 16/06/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

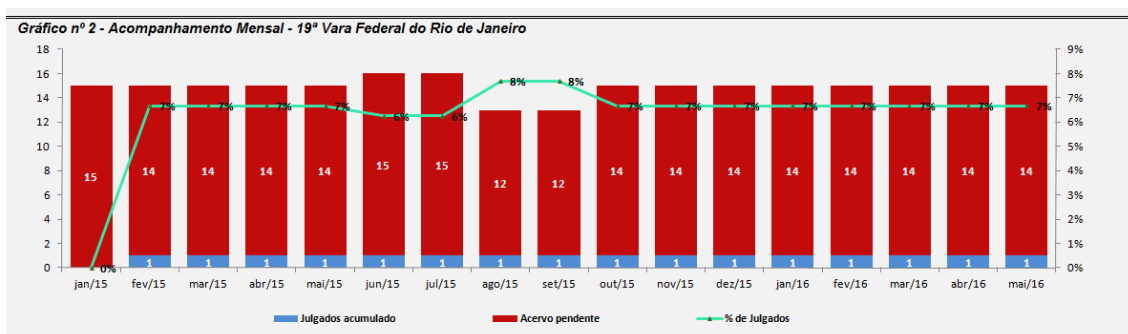
Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento destas metas.

IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 10%**, como ilustra o gráfico a seguir:



➔ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 06 processos**

Foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

04900490420104025101 – Vide Meta 02.

01036532920124025101 – Vide Meta 02.

00427425120124025101 – Vide Meta 02.

00418548220124025101 – Vide Meta 02.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00139080420134025101 - Informação de secretaria em 31/08/2013, informando o acautelamento de um CD-R. Decisão em 06/09/2013, deferindo a liminar e determinando a notificação da parte ré. Decisão em 31/01/2014, deferindo o ingresso do DNIT no feito. Decisão em 17/10/2014, recebendo a inicial e determinando a citação da parte ré. **Último movimento foi juntada em 19/01/2016, estando o feito parado desde então.**

00018044320144025101 - Informação de secretaria em 07/02/2014, informando o acautelamento de um CD-R e um envelope com AR. Determinada a notificação da parte ré em 10/02/2014. Inicial recebida e determinada a citação pela decisão de 03/06/2016. Remetido para publicação em 07/06/2016.

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 08 processos**

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00030582720094025101 – Vide Meta 02.

00085601020104025101 – Vide Meta 02.

04900404220104025101 – Vide Meta 02.

01048355020124025101 – Vide Meta 02.

00116485120134025101 - Informação de secretaria em 02/09/2013, aduzindo o acautelamento de 3 CD-R Maxprint. Decisão em 03/09/2013, indeferindo o pedido liminar e determinando a notificação dos réus. Nova notificação determinada em 21/11/2013 e 06/08/2014. Deferida a notificação editalícia em 05/03/2015. Recebida a inicial e determinada a citação da parte ré em 21/03/2015. Determinada a expedição de carta precatória para citação em 23/05/2016. **Até o momento não foi expedida a referida carta.**

01695616220144025101 – Decisão em 02/12/2014, decretando a indisponibilidade de bens. Determinada a notificação em 03/02/2015. Concluso para despacho em 13/06/2016, sem minuta no Apolo.

00045221320144025101 – Decisão em 07/05/2014, deferindo a liminar para decretar a indisponibilidade de bens e determinando a citação. Determinada a suspensão do feito em 31/07/2015, nos termos do art. 265, I do CPC. Decisão em 03/11/2015, determinando aguardar as providências no feito em apenso, cuja intimação por publicação ocorreu apenas em 29/04/2016.

00023596020144025101 – Determinada a notificação da parte ré em 19/02/2014. Decisão em 06/05/2014, recebendo a inicial e determinando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

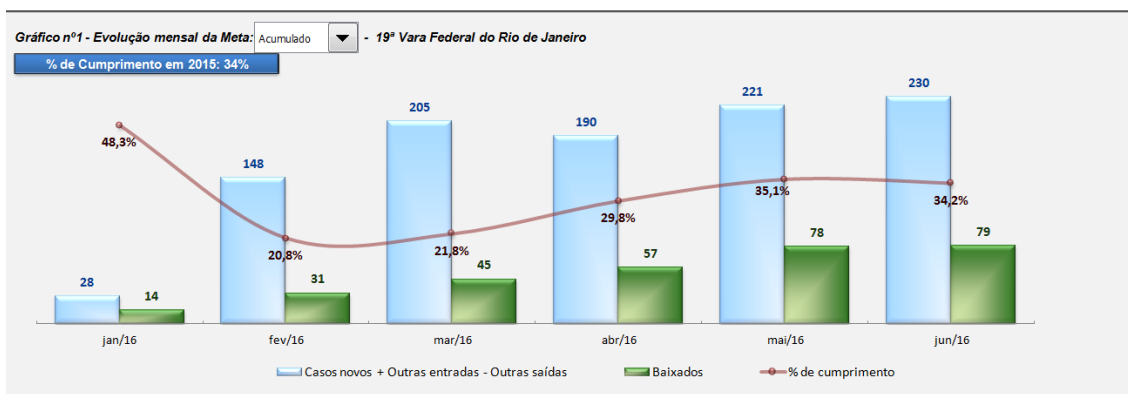
citação do réu. Decisão 14/04/2015, nomeando a DPU como curadora especial da parte ré. Determinada a suspensão do feito em 31/07/2015, nos termos do art. 265, I do CPC. Concluso desde 15/06/2016, sem minuta no Apolo.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 15/06/2016.**

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 34%,** como ilustra o gráfico a seguir:



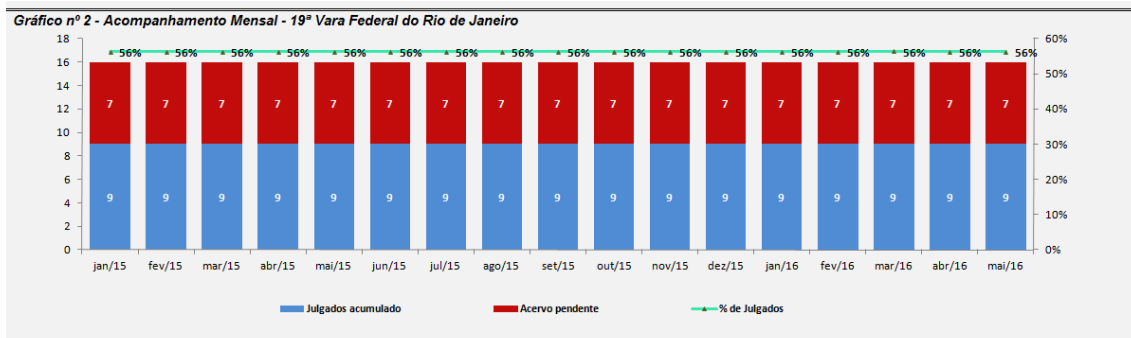
VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus

Situação: de acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de **56%,** como se verifica a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: 03 processos

Foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00084208820014025101 – Trata-se de Ação civil pública autuada em 29/05/2001. Despacho em 09/06/2003, determinando aguardar o julgamento do agravo interposto. Decisão em 05/10/2009, julgando extinto o feito em relação a um dos réus e determinando a citação dos demais. Decisão em 10/12/2009, julgando extinto o feito em relação a outro réu. Determinada nova citação em 27/01/2010. Citação editalícia determinada em 18/03/2010. Para manifestação em provas, pelo despacho de 21/07/2010. Determinada a suspensão do feito pelo art. 265, I do CPC, em 02/02/2012. Deferida a habilitação da ré em 04/07/2012. Em réplica, na data de 27/05/2013. Indeferida prova testemunhal em 13/08/2013.

Concluído para sentença desde 15/08/2014.

00109241820114025101 – Trata-se de ação civil pública autuada em 02/08/2011. Decisão em 02/08/2011, indeferindo a liminar e determinando a citação. Em réplica, na data de 21/11/2011. Decisão em 23/01/2012, indeferindo a inversão do ônus da prova. **Concluído para sentença desde 22/10/2012, com minuta no Apolo desde 30/04/2014.**

00106201920114025101 - Trata-se de ação civil pública autuada em 28/07/2011. Decisão em 28/07/2011, indeferindo a liminar e determinando a citação. Determinada a inclusão do Estado do Rio de Janeiro como assistente, em 10/10/2011. Em réplica, na data de 11/01/2012. **Concluído para sentença desde 07/12/2012, com minuta no Apolo desde 10/06/2015.**

➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: 04 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00245700419884025101 – Trata-se de mandado de segurança coletivo, autuado em 05/10/1988. Remetido ao TRF2 para julgamento de recurso em 25/07/1995. Determinado o cumprimento do julgado em 12/04/2011. **Dessa forma, necessário o cadastramento de sentença antiga no sistema Apolo.**

00296239620074025101 – Trata-se de Ação popular autuada em 03/12/2007. Decisão em 18/12/2007, indeferindo a liminar e determinando a citação da parte ré. Determinada a reiteração da citação em 28/07/2009. Decisão em 14/01/2010 julgando extinto o processo em relação a alguns réus e determinando a citação dos demais. Despacho em 12/12/2010 e 24/01/2011, determinando nova citação. Em réplica, em 01/08/2011. Decisão em 21/06/2013, indeferindo a prova pericial e a testemunhal. Determinada a expedição de ofício para solicitar informações em 21/05/2014, 10/03/2015 e 05/06/2015.

00056613920104025101 – Vide Meta 02.

00130495620114025101 – Trata-se de ação civil pública, autuada em 05/09/2011. Determinada a citação em 06/09/2011. Em réplica na data de 13/01/2012. Sentença convertida em diligência, em 09/04/2013, para determinar a expedição de mandado de verificação. Determinada a apresentação de informações em 17/02/2014. Vista às partes acerca das informações em 31/03/2016, pelo prazo de 15 dias. **Diante do tempo decorrido, necessário dar andamento ao processo.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 15/06/2016.**

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 00

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016, e consultas ao Apolo, posição até 13/06/2016.
--

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Classe 2002:
Total: 02
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados os seguintes processos:

0012985-56.2005.4.02.5101 (físico) – Indeferida a liminar em 04/07/2005. Sentença em 17/08/2005, denegando a segurança. Recebida a apelação em 29/09/2005. Determinada a suspensão até o julgamento pelo STF/STJ dos recursos interpostos. Determinado o cumprimento do julgado em 02/12/2011. Determinada a citação nos termos do art. 730 do CPC, em 05/04/2013. Determinada a expedição dos requisitórios em favor dos herdeiros habilitados, em 05/06/2013. Determinada a expedição de requisitórios em favor dos demais autores em 25/04/2014. Determinada a expedição de requisitórios em favor dos novos herdeiros habilitados, em 15/08/2014. Informação de secretaria em 23/11/2015, informando o envio eletrônico dos requisitórios de pagamento. Determinada a suspensão do feito em 31/03/2016, nos termos do art. 313, I do CPC.

0025164-56.2004.4.02.5101 (físico) – Decisão em 18/01/2005, indeferindo a liminar. Sentença em 03/06/2005, concedendo parcialmente a segurança. Autos remetidos para o TRF2 em 30/11/2005. Determinada a suspensão até o julgamento pelo STF/STJ dos recursos interpostos, em 08/09/2010. Determinada a execução individual do julgado em 05/08/2015. Determinada a baixa e o arquivamento dos autos em 04/05/2016.

Classe 2007:

Total: 04

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 03

Foram analisados os seguintes processos:

0011388-86.2004.4.02.5101 (físico) – Decisão em 17/04/2004, suspendendo a exigibilidade do crédito até o montante depositado. Sentença em 22/09/2004, julgando extinto o processo e denegando a segurança. Autos remetidos ao TRF2 em 31/03/2005. Determinada a suspensão até o julgamento pelo STJ do recurso interposto, em 30/09/2014. **Último despacho com conclusão em 09/01/2015,**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

dando vista às partes acerca do retorno dos autos, remetido para publicação em 23/02/2016.

0024570-04.1988.4.02.5101 (físico) – Autos remetidos ao TRF2 em 25/07/1995, para julgamento de recurso, devolvido em 12/04/2011. Determinado o cumprimento do julgado pelo despacho de 12/04/2011. Determinado à CEF a apresentação atualizada dos valores depositados pelos despachos de 27/07/2012, 13/09/2012, 10/04/2013. Determinada a expedição de alvarás de levantamento em 24/10/2013. Determinada ratificação da autuação em 07/05/2014, uma vez alterada a razão social da impetrante. Determinada a expedição de carta precatória à impetrante para regularizar sua representação processual, em 13/11/2015. **Cartas expedidas somente em 13/06/2016.**

0021108-62.2013.4.02.5101 – Decisão em 23/08/2013, deferindo e parte a liminar. Sentença em 18/10/2013, concedendo parcialmente a segurança. Decisão em embargos de declaração em 14/04/2014. Autos remetidos para o TRF2 em 08/04/2015. Despacho em 08/01/2016, dando ciência às partes da nulidade da sentença. Concluso para sentença em 20/05/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 13/06/2016.**

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002:

Total: 09

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 08

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0010522-59.1996.4.02.5101 (físico) – Sentença em 02/05/2000. Remetido ao TRF2 em 29/11/2000 e devolvido em 01/08/2011. Deferido prazo de 30 dias para parte autora requerer o prosseguimento do feito, em 18/07/2012. Decisão em 09/12/2015, determinando a inclusão do MPF com legitimado subsidiário para promover a execução, bem como determinando a citação nos termos do art. 523 do CPC. Remetido para publicação em 13/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0010620-19.2011.4.02.5101 – Decisão em 28/07/2011, indeferindo a liminar e determinando a citação da parte ré. Determinada a inclusão do Estado do Rio de Janeiro em 10/10/2011. Em réplica na data de 11/01/2012. **Concluso para sentença desde 10/12/2012, com minuta no Apolo.**

0015239-84.2014.4.02.5101 – Decisão em 09/12/2014, indeferindo a liminar. Determinada a citação em 15/01/2015 e 01/07/2015. Determinada a inclusão da União no polo passivo, em 08/01/2016. Em réplica, na data de 21/01/2016. Decisão em 11/03/2016, indeferindo o pedido de exame pericial e determinando a expedição de ofícios para solicitar informações. Aguardando resposta de ofício desde 24/05/2016.

0016040-34.2013.4.02.5101 – Decisão indeferindo a liminar e determinando a citação, em 02/09/2013. Decisão em 26/08/2015, indeferindo a sigilo dos autos e deferindo prazo para a manifestação em réplica. Sentença em 07/06/2016, julgando extinto o processo sem apreciação do mérito.

0102078-15.2014.4.02.5101 - Determinada a citação em 24/03/2014. Vista para réplica em 22/09/2014. **Concluso para sentença desde 18/05/2015.**

0010913-43.1998.4.02.5101 – Ação popular autuada em 25/05/1998. Sentença de mérito em 11/07/2000. Autos remetidos para o TRF2 para processar e julgar recurso em 31/01/2001 e devolvidos em 07/08/2009. Despacho em 27/06/2013 determinando a suspensão do feito até julgamento definitivo pelo STJ. Ciência às partes do trânsito em julgado em 06/05/2014. Determinada a intimação nos termos do 475-J do CPC, em 23/06/2015. Determinada a intimação para se manifestar a exceção de pré-executividade, em 29/07/2015. **Concluso para despacho desde 01/06/2016.**

0029623-96.2007.4.02.5101 – Vide Meta 06.

0169560-77.2014.4.02.5101 – Decisão em 02/12/2014, indeferindo a liminar e determinando a citação. **Último movimento foi devolução para remessa em 12/02/2015.**

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016 e consultas ao Apolo, posição até 13/16/2016.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001:

Total: 11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 02
Em trâmite: 09

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0002251-12.2006.4.02.5101 (físico) – Determinada a intimação das partes acerca da redistribuição do feito em 13/03/2006. Sentença em 18/07/2006, julgando procedente o pedido. Autos remetidos ao TRF2 em 27/07/2007. Despacho em 25/04/2012, informando a decisão do TRF2 em declarar a nulidade dos atos praticados após a sentença. Autos remetidos para o TRF2 em 19/02/2013. Determinado o cumprimento do julgado pela decisão de 02/10/2013. Determinada a intimação por carta precatória para prestação de informações, em 12/05/2016.

0005661-39.2010.4.02.5101 (físico) – Vide Meta 02.

0022686-60.2013.4.02.5101 – Decisão em 26/09/2013, indeferindo a antecipação de tutela e determinando a citação. Vista em réplica em 12/02/2014. Designada audiência de instrução e julgamento para 10/09/2015. Prazo para alegações finais em 20/10/2015. Concluso para sentença desde 18/01/2016.

0103668-27.2014.4.02.5101 – Determinada a citação em 29/08/2014. Deferida vista para réplica em 04/03/2015. Pedido de desistência formulado em 25/03/2015. Vista às partes em 09/05/2016.

0045914-98.2012.4.02.5101 – Determinada a citação em 22/10/2012. Sentença em 10/10/2013, julgando procedente o pedido. Remetido ao TRF2 em 10/12/2013. Intimadas as partes do retorno dos autos em 18/04/2016. Concluso para despacho em 12/05/2016.

Classe 6006:

Total: 20
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados eletronicamente os seguintes processos:

0001804-43.2014.4.02.5101 – Vide Meta 04.

0002359-60.2014.4.02.5101 – Vide Meta 04.

0003058-27.2009.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0008560-10.2010.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0011648-51.2013.4.02.5101 – Vide Meta 04.

0041854-82.2012.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0043573-94.2015.4.02.5101 – Determinada a notificação da parte ré em 19/05/2015. Deferida vista às partes acerca das informações apresentadas pelo MPF em 18/05/2016.

0011782-83.2010.4.02.5101 – Determinada a notificação da parte ré em 23/07/2010. Recebida a inicial e determinada a citação em 18/11/2010. Sentença em 02/03/2011, julgando procedente o pedido. Determinada a expedição de ofícios para o cumprimento do julgado, em 19/05/2011. Determinada a intimação nos termos do art. 475-J, em 09/08/2011. Embargos de execução recebidos em 08/09/2011, e determinando a baixa provisória dos autos. Determinada, em 14/03/2013, a expedição de ofício diante do trânsito em julgado dos Embargos à execução. Determinada a intimação nos termos do art. 475-J, em 12/04/2013. Suspenso o curso da ação, nos termos do art. 792 do CPC, em 31/07/2013 e novamente em 30/03/2015. Último despacho em 08/06/2016, dando vista à parte ré.

0013908-04.2013.4.02.5101 - Vide Meta 04.

0020408-33.2006.4.02.5101 – Determinada a notificação da parte ré em 11/12/2006. Deferido o desarquivamento do feito nº 200.51.01.000144-2, em 10/07/2007. Despacho em 30/08/2007, determinando o arquivamento com baixa na distribuição. Inicial recebida e determinada a citação em 22/10/2007. Em provas, na data de 01/04/2008. Sentença em 12/06/2008, julgando procedente o pedido. Remetido para o TRF para processar e julgar recurso em 18/12/2008 e devolvido em 22/11/2012. Determinada, em 07/05/2013, a intimação nos termos do art. 475-J do CPC e a expedição de ofício para cumprimento do julgado. Determinada a expedição de mandado de penhora em 04/11/2013. Determinada, em 07/05/2013, nova intimação nos termos do art. 475-J do CPC. Deferida a penhora via Bacenjud, em 16/07/2015. Decisão em 22/09/2015, determinando o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

trâmite do feito em segredo de justiça. Decisão em 10/03/2016, cancelando o segredo de justiça e determinando consulta no sistema Renajud.

0042742-51.2012.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0103653-29.2012.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0104835-50.2012.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0169561-62.2014.4.02.5101 – Vide Meta 04.

0490040-42.2010.4.02.5101 – Vide Meta 02.

0490049-04.2010.4.02.5101 – vide Meta 02.

0068137-40.2015.4.02.5101 – Declinada a competência do feito para a 19ª VF/RJ. Determinada a notificação da parte ré em 20/08/2015. Recebida a inicial e determinada a citação da parte ré em 04/12/2015. Concluso para despacho em 15/06/2016.

0058307-16.2016.4.02.5101 - Determinada a notificação da parte ré em 05/05/2016. Encontra-se remetido para o MPF para manifestação, desde 16/06/2016.

0078222-85.2015.4.02.5101 - Determinada a notificação da parte ré em 16/07/2015. Determinada nova notificação em 12/01/2016. Última movimentação foi juntada em 14/06/2016.

0125494-75.2015.4.02.5101 - Determinada a notificação da parte ré em 07/10/2015. Nova notificação determinada em 13/05/2016. Encontra-se aguardando expedição de carta precatória.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 13/06/2016.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010:

Total: 02

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 00

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 13/06/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ AUDIÊNCIAS (DE 30/04/2015 A 31/05//2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 22 audiências designadas, sendo a primeira de 08/06/2015 e a última de 19/05/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS

. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“PETIÇÕES INICIAIS: a análise das petições iniciais é realizada pelos servidores lotados no Gabinete (Luis Antônio, Norma, Fatima e Mariana), com exceção das execuções (realizada pelo servidor Julio). Os referidos servidores diariamente, pegam no BALCÃO DE ENTRADA as ações distribuídas livremente, anotam as custas recolhidas e lançam no sistema Apolo, após análise, as minutas dos despachos e decisões já padronizados ou não, encaminhando em seguida os processos para análise dos Magistrados.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/05497, de 03/06/2016.

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 80 documentos, sendo o mais antigo a petição n.º 2016.3002.414935-2, referente ao processo n.º 0103034-31.2014.4.02.5101, de 17/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 14/06/2016, às 12:57h.

. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

“PREVENÇÃO: a verificação de prevenção é feita pelos servidores lotados no Gabinete que, diariamente, pegam no BALCÃO DE ENTRADA as ações distribuídas por prevenção, expedem certidão relativa ao pedido/causa de pedir e lançam no sistema Apolo a minuta do despacho correspondente, para encaminhamento aos Magistrados; caso não haja prevenção, após assinatura do despacho, o processo é encaminhado à Secretaria para a providência de imediata remessa à Seção de Distribuição (SEDCP) para livre distribuição, após as anotações pertinentes no sistema processual”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/05497, de 03/06/2016.

. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	06/06/2016
Conclusão até	03/06/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	812	94,09
Decisão	29	3,36
Sentença	22	2,55
Total Geral	863	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sendo os mais antigos:

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 812

01229445019914025101 – Concluso há 741 dias.
00142661820034025101 – Concluso há 724 dias.
00021540720094025101 – Concluso há 637 dias.
00018616120144025101 – Concluso há 612 dias.
00018624620144025101 - Concluso há 612 dias.
00018633120144025101 - Concluso há 612 dias.

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 29

00053889420094025101 – Concluso há 623 dias.
00139080420134025101 – Concluso há 598 dias.
00076224920094025101 – Concluso há 595 dias.
00257964820054025101 – Concluso há 593 dias.
00109226320024025101 – Concluso há 566 dias.

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 22

00109241820114025101 – Concluso há 1.323 dias.
00106201920114025101 – Concluso há 1.277 dias.
00084208820014025101 – Concluso há 661 dias.
01036532920124025101 – Concluso há 602 dias.
01579042620144025101 – Concluso há 444 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 06/06/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 14/06/2016.

**. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

Parados - Apolo (Outras Classes):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Posição em	06/06/2016
Último Movimento até	03/06/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	124	36,47
Mais de 60	216	63,53
Total Geral	340	100,00

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Entre 31 e 60 dias:

00312692920164025101 – Parado há 60 dias, sendo o último movimento Intimação de despacho para publicação.
00619083520134025101 - Parado há 60 dias, sendo o último movimento Intimação de despacho para publicação.
05034323920164025101 - Parado há 60 dias, sendo o último movimento Intimação de despacho por registro no sistema.
01622326220154025101 - Parado há 59 dias, sendo o último movimento juntada.
00503093120154025101 - Parado há 59 dias, sendo o último movimento movimentação cartorária tipo expedir mandado.

Mais de 60 dias:

00562225319994025101 - Parado há 2.740 dias, sendo o último movimento devolução de remessa.
00147987920094025101 - Parado há 1.825 dias, sendo o último movimento devolução de remessa.
00193393420044025101 - Parado há 1.812 dias, sendo o último movimento Intimação de despacho para publicação.
00252776820084025101 - Parado há 1.825 dias, sendo o último movimento devolução de remessa.
00118116619924025101 - Parado há 1.488 dias, sendo o último movimento juntada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 06/06/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 14/06/2016.**

. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em junho/2015, 29 documentos, sendo o mais antigo de novembro/2011, referente ao processo n.º 00147987920094025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 06/06/2016.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS
JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais de controle de prazo:

Prazo – Ação popular: Não existem documentos.

Prazo – Apelação (sent. parcialmente procedente): Existem 15 documentos, sendo o mais antigo de 24/05/2016.

Prazo – Mandado de segurança: Existem 18 documentos, sendo o mais antigo de 13/05/2016.

Prazo – Prioridade idoso: Existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 25/05/2016.

Prazo – Requisitórios: Existem 15 documentos, sendo o mais antigo de 15/04/2016.

Prazo – Ação civil pública: Existem 08 documentos, sendo o mais antigo de 30/05/2016.

Prazo ação monitoria: Existem 25 documentos, sendo o mais antigo de 27/02/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Prazo ação ordinária: Existem 156 documentos, sendo o mais antigo de 15/04/2016.

Prazo ações diversas: Existem 45 documentos, sendo o mais antigo de 27/04/2016.

Prazo embargos: Existem 31 documentos, sendo o mais antigo de 11/04/2016.

Prazo execução extrajudicial: Existem 14 documentos, sendo o mais antigo de 25/05/2016.

Prazo medida cautelar: Não existem documentos.

Prazos urgentes: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 28/04/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 14/06/2016, às 13:35h.

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais:

Expedir alvará de levantamento: Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 07/04/2016.

Expedir mandado de citação: Existem 50 documentos, **sendo o mais antigo de 23/11/2015.**

Expedir mandado inicial – Monitória: Não existem documentos.

Expedir mandado intimação: Existem 21 documentos, sendo o mais antigo de 01/06/2016.

Expedir mandados diversos: Não existem documentos.

Expedir ofício/carta precatória: Existem 08 documentos, sendo o mais antigo de 31/05/2016.

Expedir requisitório: Existem 09 documentos, sendo o mais antigo de 10/05/2016.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 14/06/2016, às 13:45h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	06/06/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	44
Documento	0
Total Geral	44

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

0003058-27.2009.4.02.5101 – Decretado o segredo de justiça no despacho de 01/04/2011, diante da juntada de documentação protegida por sigilo fiscal. **Irregular a informação no sistema Apolo** (sigilo de sistema, ao invés de sigilo de documentos).

0008560-10.2010.4.02.5101 – Decretado o segredo de justiça em 12/08/2010. Regular informação no sistema Apolo (sigilo de sistema).

00172165320104025101 – Despacho em 03/03/2015, determinando o processamento do feito em segredo de justiça. Regular informação no sistema Apolo (sigilo de sistema).

00160403420134025101 – Decisão em 16/10/2015, determinando o processamento do feito em segredo de justiça. Regular informação no sistema Apolo (sigilo de sistema).

01077584420154025101 - Decisão em 16/10/2015, determinando o processamento do feito em segredo de justiça, nos termos do art. 155, I do CPC. Regular informação no sistema Apolo (sigilo de sistema).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 06/06/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 14/06/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	06/2015 a 05/2016
	Processos	7.031
	Boletins	102
	Média (Proc. / Bol.)	68,93
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,56

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 08/06/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 203 processos com prazo vencido, sendo os mais antigos por destino:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0008580-59.2014.4.02.5101	DPU	13/04/2016	09/05/2016	29
0006348-51.1989.4.02.5101	PFN	17/10/1996	01/11/1996	7.158
0011782-83.2010.4.02.5101	MPF	25/05/2015	01/06/2015	372
0011616-41.2016.4.02.5101	Embargante	21/03/2016	07/04/2016	61
0020126-87.2009.4.02.5101	Embargado	25/03/2015	09/04/2015	425
0027682-73.1991.4.02.5101	Autor	22/01/1992	11/12/1991	8.945
0007211-40.2008.4.02.5101	Réu	04/09/2015	17/09/2015	264
0033193-52.1991.4.02.5101	Todas as partes	03/12/1991	18/12/1991	8.938
0002497-28.1994.4.02.5101	AGU	12/02/1996	11/03/1996	7.393

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 07/06/2015, vencidos e não devolvidos até 06/06/2016, e consultas ao Apolo, posição até 06/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS**

1. **Número total de processos suspensos (em 06/06/2016): 843**

2. **Motivo da Suspensão:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEL:

a) **Aguarda decisão de instância superior: 355**

- 00162933720044025101 (físico) - determinada a suspensão do processo em razão do enviado ao STJ e digitalizado, nos termos da Resolução nº 01 do STJ de 6.2.2009 e da Portaria nº 1 da Vice-Presidência do TRF – 2ª Região, de 25.9.2009.
- 00276827819884025101 (físico) - determinada a suspensão do Agravo de Instrumento encaminhado aos Tribunais Superiores em 15/07/2010.
- 00640925219994025101 (físico) - determinada a suspensão do processo em razão do enviado ao STJ e digitalizado, nos termos da Resolução nº 01 do STJ de 6.2.2009 e da Portaria nº 1 da Vice-Presidência do TRF – 2ª Região, de 25.9.2009.
- 00099183019984025101(físico) - determinada a suspensão do processo em razão do enviado ao STJ e digitalizado, nos termos da Resolução nº 01 do STJ de 6.2.2009 e da Portaria nº 1 da Vice-Presidência do TRF – 2ª Região, de 25.9.2009.
- 00136049819964025101(físico) - determinada a suspensão do processo com baixa provisória aguardando o desfecho do Recurso Especial interposto nos autos do Agravo de Instrumento nº 2007.02.01.005322-2, enviado ao STJ e digitalizado, nos termos da Resolução nº 01 do STJ de 6.2.2009 e da Portaria nº 1 da Vice-Presidência do TRF – 2ª Região, de 25.9.2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Aguardando Julgamento do S.T.F., de acordo com o art. 543-B e §§1º e 2º, CPC (Repercussão Geral): 01

- 00046519120094025101-ok decisão aguardando julgamento Repercussão Geral em 08/05/2009

c) Cumprimento Precatório/RPV: 48

- 00045051620104025101 (físico) – Decisão em 03/06/2014, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00063526320044025101(físico) – Decisão em 17/04/2015, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00254231319884025101(físico) – Decisão em 11/11/2014, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00055276120004025101(físico) – Decisão em 19/12/2014, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00250163119934025101(físico) – Decisão em 18/12/2015, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00040933220034025101 (físico) - Decisão em 30/08/2013, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 01096035419914025101 (físico) - Decisão em 26/09/2013, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00048094920094025101 (físico) - Decisão em 16/12/2013, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.
- 00080116820084025101 (físico) - Decisão em 26/06/2014, determinando a suspensão do feito até pagamento do requisitório cadastrado.

d) **Embargos à Execução: 144**

- 00145435320114025101 (físico) - Despacho em 18/11/2011, determinando a suspensão do feito até a decisão dos Embargos.
- 00200334220004025101 (físico) - Decisão em 06/12/2011, determinando a suspensão do feito até a decisão dos Embargos.
- 00028516319884025101(físico) - Decisão em 18/01/2012, determinando a suspensão do feito até a decisão dos Embargos.
- 00287939620084025101(físico) - Decisão em 03/02/2012, determinando a suspensão do feito até a decisão dos Embargos.
- 00313923720104025101(físico) - Despacho em 21/03/2012, determinando a suspensão do feito até a decisão dos Embargos.

e) **Outras suspensões – Processos de Conhecimento: 18**

- 00266736120004025101 (físico) - Decisão em 31/05/2007, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento de Agravo. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Aguarda decisão de instância superior”.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 04904094620044025101(físico) - Decisão em 28/11/2008, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento de Agravo. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Aguarda decisão de instância superior”.**
- 00079585320094025101 (físico) - Despacho em 14/07/2009, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento de Agravo. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Aguarda decisão de instância superior”.**
- 00111737620054025101(físico) - Decisão em 27/01/2010, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**
- 00030858820014025101(físico) - Decisão em 10/02/2010, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**

f) **Outras suspensões – Processos de Execução: 20**

- 00117122819944025101(físico) - Decisão em 11/05/2009, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**
- 00285753420094025101 (físico) - Decisão em 19/03/2010, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Outras suspensões – Processos de Execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.

- 00105407020024025101(físico) - Decisão em 26/02/2010, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**
- 00273576820094025101(físico) - Decisão em 24/02/2010, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**
- 00179277819984025101(físico) - Decisão em 29/05/2009, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento dos Embargos à Execução. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Processos de Execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**

g) Outros – fase de conhecimento: 111

- 00015305020124025101(físico) - suspensão no art 265, IV, a do CPC, conforme sentença fls.192/193 de 05/09/2013.
- 00197143020074025101(físico) - Decisão em 16/02/2012, determinando a suspensão do feito a fim de aguardar julgamento de Recurso Especial interposto. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Fase de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Aguarda decisão de instância superior”.**
- 00127611120114025101(físico) – Decisão em 05/11/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Fase de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outras suspensões – Processos de Execução”.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00167491120094025101(físico)– Decisão em 28/10/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Fase de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outras suspensões – Processos de Execução”.**
- 00167491120094025101(físico)– Decisão em 05/11/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Fase de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outras suspensões – Processos de Execução”.**
- 00057087620114025101(físico)– Decisão em 30/10/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, do CPC, em razão da não localização dos réus para fins de citação. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – Fase de Conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outras suspensões – Processos de Execução”.**

h) Outros – fase /processo de execução: 73

- 00005902220114025101(físico)– Despacho em 11/07/2012, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, do CPC, em razão da não localização de bens penhoráveis.
- 00334519520104025101(físico)– Despacho em 27/11/2012, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 792, do CPC, por 29 (vinte e nove) meses.
- 00338806220104025101(físico)– Despacho em 22/08/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III, do CPC, em razão da não localização de bens do executado.
- 00001549720104025101(físico)– Despacho em 14/12/2012, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III, do CPC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00326793520104025101(físico)– Despacho em 11/09/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, do CPC, em razão da não localização da parte ré para fins de citação.

i) Parcelamento: 08

- 00303118720094025101 (físico) – despacho em 05/09/2012, determinando a suspensão do feito em razão da notícia de parcelamento da dívida.
- 00339109720104025101(físico) – Decisão em 23/08/2013, determinando a suspensão do feito por 10 meses, nos termos do art.792 do CPC.
- 00065857920124025101(físico) – Decisão em 02/06/2016, determinando a suspensão do feito por 18 meses, em razão do parcelamento de dívida.
- 00300031720104025101(físico) – Despacho em 28/11/2014, determinando a suspensão do feito por 20 meses, nos termos do art.792 do CPC.
- 00130016820094025101 físico) – Despacho em 26/08/2014, determinando a suspensão do feito até o integral cumprimento do parcelamento do débito.

j) Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º): 02

- 00015001520124025101(físico) - Determinada a suspensão do feito em 15/01/2016, até o julgamento definitivo no Resp 1.186.513/RS.
- 00094058120064025101(físico) - Determinada a suspensão do feito em 07/03/2016, até o julgamento definitivo no Resp 1.186.513/RS.

k) Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º): 33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00153404919994025101(físico) - Determinada a suspensão do feito em 03/10/2011, até o julgamento definitivo do STF no RE nº 570.122.
- 00016531519934025101(físico) - Determinada a suspensão do feito em 26/09/2011, até o julgamento definitivo do STF no RE nº 591.340.
- 00204464020094025101(físico)- A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.
- 00245351420064025101(físico)- A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.
- 00110642820064025101(físico)- A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.

l) Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 17

- 00155372320074025101 (físico) - processo reativado em 15/06/2016.
- 00218595920074025101 (físico) - Determinada a suspensão do feito em 29/01/2010, até julgamento dos Agravos em trâmite no STJ e no STF.
- 00245946520074025101 (físico) - Determinada a suspensão do feito em 26/03/2010, até julgamento do recurso especial em trâmite no STJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00025047320014025101(físico) - Determinada a suspensão do feito em 29/03/2010, até julgamento do recurso especial em trâmite no STJ.
- 00000369720054025101 processo suspenso em 20/07/2009 aguardando julgamento de Recurso. Em consulta ao Sistema Processual do TRF 2ª Região consta que o processo de Agravo já foi devolvido para a 19ª Vara. **S.m.j. necessita regularização.**

m) Vazias: 13

- 00156637820044025101 (físico) - processo suspenso em 27/02/2009 recebendo os embargos e suspendendo a execução. Em consulta ao Sistema Processual do TRF 2ª Região consta que o processo está concluso aguardando decisão/despacho. **Necessário o cadastramento do motivo específico da suspensão "“Embargos à Execução”.”**
- 00197318119984025101(físico) - processo suspenso em 18/05/2009 recebendo os embargos e suspendendo a execução. **Necessário o cadastramento do motivo específico da suspensão "“Embargos à Execução”.”**
- 00120618420014025101(físico) - processo suspenso em 18/05/2009 recebendo os embargos e suspendendo a execução. **Necessário o cadastramento do motivo específico da suspensão "“Embargos à Execução”.”**
- 00251264420044025101 (físico) - processo suspenso em 07/07/2009 enviado ao TRF2 para julgar recurso interposto. **Necessário o cadastramento do motivo específico da suspensão "Aguardando Julgamento de Recurso”.**
- 00045183519984025101(físico) – Decisão em 16/01/2009, determinando a suspensão do feito até pagamento de precatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

cadastrado. **Necessário o cadastramento do motivo específico da suspensão" Cumprimento Precatório/RPV".**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 06/06/16, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/06/2016.**

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 767

- a. Com Resolução de Mérito - Concedida a Segurança: 01
- b. Com Resolução de Mérito - Concedido(a) em parte: 01
- c. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição: 04
- d. Com Resolução de Mérito - Denegada a Segurança: 02
- e. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 01
- f. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 18
- g. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 26
- h. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 16
- i. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 35
- j. Convertidas em diligência: 16
- k. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 16
- l. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 01
- m. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 01
- n. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 14
- o. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 01
- p. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 33
- q. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 32
- r. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- s. Resolução de Mérito - Reconhecida Prescrição/Decadência: 04
- t. Resolução de Mérito - Reconhecimento da Procedência do Pedido pelo Réu: 02
- u. Sem Resolução do Mérito: 96
- v. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 02
- w. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 01
- x. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 02
- y. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 05
- z. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 02
- aa. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ser a ação intransmissível: 02
- bb. Sem Resolução do Mérito - Indeferida a petição inicial: 10
- cc. Sem Resolução do Mérito - Indeferimento de Petição Inicial: 7
- dd. **Vazias: 402**

➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	data da sentença	folha(s)
0024310-47.2013.4.02.5101	18/04/2016	206/210
0129963-04.2014.4.02.5101	17/03/2016	239/245
0137706-65.2014.4.02.5101	23/02/2016	103/111
0040802-51.2012.4.02.5101	07/04/2016	135/139
0111492-71.2013.4.02.5101	28/10/2015	228/234

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

Processo	data da sentença	folha(s)
0024273-15.2016.4.02.5101	19/05/2016	154

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

Processo	data da sentença	folha(s)
0040882-15.2012.4.02.5101	12/02/2016	127/131
0129615-83.2014.4.02.5101	14/04/2016	85/88
0137697-06.2014.4.02.5101	24/09/2015	209/213
0149436-73.2014.4.02.5101	12/02/2016	59/62
0146441-24.2013.4.02.5101	29/02/2016	153/160
0163113-73.2014.4.02.5101	17/06/2015	64/68

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

Processo	data da sentença	folha(s)
0129654-80.2014.4.02.5101	12/04/2016	44



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0130916-31.2015.4.02.5101	29/04/2016	149/153
0138573-24.2015.4.02.5101	24/11/2015	55/56
0140201-19.2013.4.02.5101	26/02/2016	159/161
0136788-27.2015.4.02.5101	09/12/2015	151/ 152

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 17/06/2016.

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

“Aos feitos com prioridade legal, principalmente os de prioridade idoso, é dada uma atenção especial, paralelamente às demais prioridades. Da mesma forma, os processos incluídos nas Metas do CNJ também têm preferência, não só quanto à prolação de sentenças, mas também quanto à realização das atividades cartorárias e prolação de despachos e decisões.”

➔ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

Segundo o questionário pré-correição

“Para uma melhor e mais adequada identificação dos processos que aguardam andamento após a juntada de petições e/ou devolução decorrente de remessas internas e externas, os mesmos são separados, em um primeiro momento, por classes. Os processos eletrônicos (conclusos para despacho e aguardando decurso de prazo) são separados em escaninhos virtuais para ações em fase de conhecimento e em fase de execução, para cada classe processual. Quanto aos processos físicos (conclusos para despacho), tendo em vista que a maior parte encontra-se em fase de execução, são separados por classes, além da separação dos processos de prioridade idoso. Em todos esses processos é providenciada a devida abertura de conclusão, conforme determina a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região. Os processos suspensos, os com determinação de expedição de mandados, ofícios, cartas precatórias, alvarás e requisitórios de pagamento, assim como os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

que aguardam o respectivo cumprimento, os que aguardam o decurso do prazo legal, os que aguardam baixa na distribuição e aqueles separados para remessa interna e externa, inclusive remessa para publicação, encontram-se localizados em escaninhos devidamente identificados, tanto em autos físicos como em eletrônicos."

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.13.

→ **EXECUÇÃO**
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

				Trâmite	Suspensão	Recurso TRF-2	Total
Processos	19ª Vara Federal do Rio de Janeiro	Não Informada	Com Sentença	716	315	848	1879
			Registro Sentença Antiga	9	3		12
	Total			725	318	848	1891

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 17/06/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/06/2015 a 31/05/2016):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 97
- b. Eletrônicos: 105
- c. Total de requisições: 202
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: **1.540 dias.**

- RPV's:

- . Cadastrados: 41
- . Enviados: 111

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 32

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 08/06/2016.

→ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

NÃO SE APLICA.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente 45 ordens de bloqueio por número de protocolizações cadastradas e 51 ordens de bloqueio por número de réus/executados no sistema Bacenjud.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

NÃO SE APLICA.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

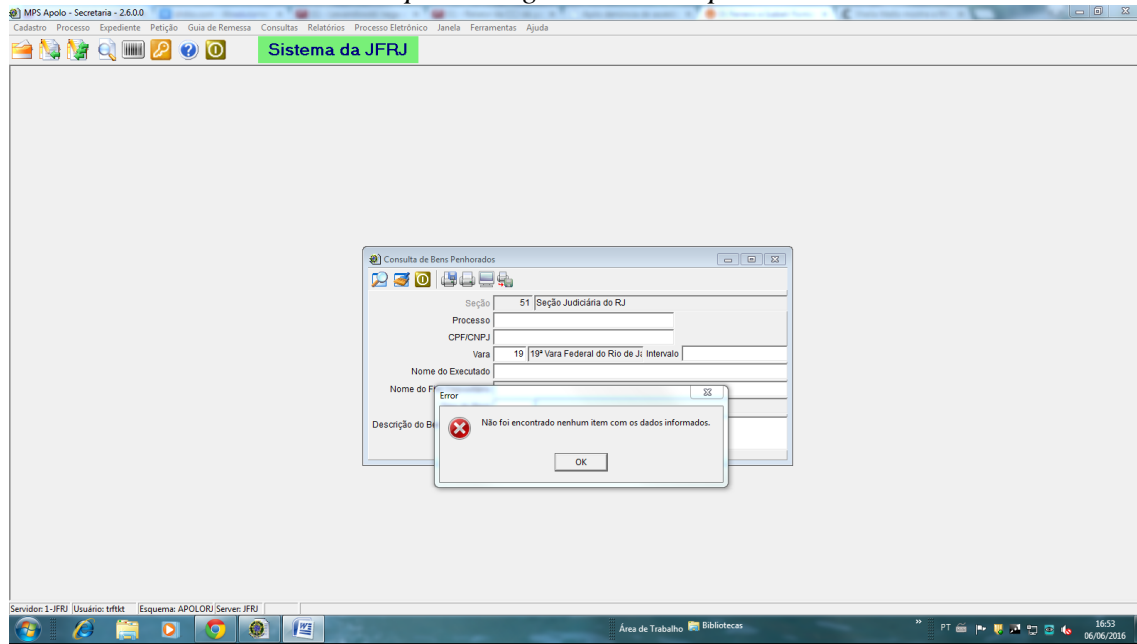
→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição:

“A Vara não possui registro de bens penhorados.”



Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 06/06/2016.

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“A Vara não possui bens acautelados”.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído 06/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os Livros e Pastas obrigatórios, assim como aqueles adotados pelo Juízo pela conveniência dos serviços cartorários, mantido em meio físico, foram verificados, encontrando-se os mesmos regularizados, com seus respectivos termos de abertura e encerramento e demais requisitos determinados pela CNCR.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5, Ofício nº JFRJ-OFI-2016/05497, de 03/06/2016.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“As instalações físicas da Vara são antigas, incluindo as tomadas de piso e a parte elétrica, razão pela qual, por vezes, é necessário abrir chamados aos setores competentes para solucionar eventuais problemas (lâmpadas ou fiação dos equipamentos de informática). Na Secretaria, eventuais problemas ocasionados pelo desgaste de peças dos banheiros e da cozinha devem ser superados, uma vez que estão sendo realizadas obras nas referidas áreas, o que, por outro lado, reduziu o espaço físico, porquanto, consequentemente, uma parte foi temporariamente isolada, gerando uma mudança na localização de parte dos processos físicos existentes, que precisaram ser localizados no Gabinete, bem como na rotina diária da Vara. As obras começaram no início de abril/2016 e a previsão dada para o respectivo término foi de dois meses de duração. No Gabinete, o carpete que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

reveste, por também ser muito antigo, torna-se causador de alergias, sendo que, recentemente, em decorrência de uma reclamação e solicitação de providências ao setor competente, que coordena a empresa terceirizada responsável pela limpeza da Vara, foi realizada uma limpeza completa das instalações da Vara e do Gabinete, inclusive aspiração e lavagem do carpete, providência cuja adoção de forma regular, com a periodicidade possível, seria importante principalmente na prevenção para a prevenção de alergias."

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/05497, de 03/06/2016)

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto (3 meses), médio (6 meses) e longo prazo (1 ano):

“6.2.1 Três meses:

Organização do gabinete, de modo a manter a atual capacidade de elaboração de minutas de sentenças.

6.2.2 Seis meses:

Aproximar o número de sentenças proferidas do número de processos distribuídos

6.2.3 Um ano:

Cumprir as metas 2/2015, 4/2015, 2/2016 e 4/2016 do CNJ”

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Isabelle Habib Oliveira, Mat. n.º 11.750
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777